

**EMENDA Nº**  
(ao PL nº 2.896, de 2022)

Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.896, de 2022, o seguinte dispositivo:

“Art. 2º Os arts. 2º, 17 e 93 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º .....

§ 4º Quando os investimentos ou operações de crédito, a serem realizadas pela empresa pública ou sociedade de economista mista, envolverem aportes de recursos em participação em empresa privada estrangeira ou em apoio a governos estrangeiros, além da autorização legislativa prevista no § 2º deste artigo, deverão ser avaliados os seguintes aspectos do país respectivo:

I – Fundamentos econômicos e financeiros, reconhecidos pelas principais agências de análises de risco soberano;

II – Perfil das dívidas existentes, inclusive o histórico de não pagamento; e,

III – Adoção de mecanismos reconhecidos internacionalmente de transparências nas contas públicas.

§ 5º Dependerá de autorização legislativa as operações que se enquadrem no § 4º, deste artigo, cujos valores ultrapassem 1% (um por cento) da receita operacional líquida do ano anterior, de cada empresa pública ou sociedade de economista mista.”



## JUSTIFICAÇÃO

Na recente história brasileira, infelizmente boa parte das empresas nacionais foram impelidas a realizar operações de crédito ou mesmo investimentos diretos no exterior, que nem sempre levaram em consideração a situação dos países ou mesmo o cenário econômico local que possibilitasse o efetivo retorno das operações ou mesmo a sustentabilidade dos investimentos realizados.

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, representou um marco fundamental nas regras de governança corporativa das empresas públicas e das sociedades de economia mista que asseguraram transparência, estruturas e práticas de controles internos, adequada composição da administração e obrigações dos acionistas controladores.

Apesar desse reconhecido avanço, entendemos que alguns pontos podem ser aprimorados, tendo em vista a necessidade de resguardar o patrimônio público, especialmente quando se tratar de operações realizadas no exterior.

Para tanto, propomos a instituição de critérios mínimos a serem observados na realização de investimentos ou operações de crédito, que venham a ser efetivados por empresa pública ou sociedade de economia mista e que envolvem aportes de recursos em participação em empresa privada estrangeira ou em apoio a governos estrangeiros.

Adicionalmente, propomos que quando tais operações ultrapassarem 1% da receita operacional líquida do ano anterior de cada empresa pública ou sociedade de economia mista, sua realização ficará condicionada à prévia aprovação legislativa. Tal medida visa garantir maior transparência e amplo debate sobre a necessidade e retorno de tais investimentos.



Na certeza de que esta alteração aprimora o texto do Projeto de Lei nº 2.896, de 2022, contamos o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2023.

Senador CIRO NOGUEIRA  
(PP/PI)



SF/23915.09452-14